

Constituinte pode unir o PT ao PMDB

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio "Lula" da Silva, e o presidente regional do PMDB em São Paulo, vice-governador eleito Almino Affonso, chegaram à conclusão que será possível elaborar uma Constituinte "minimamente avançada" a partir de um entendimento entre o PT nacional e o PMDB paulista, depois de conversarem anteontem à noite em São Paulo. O encontro aconteceu em segredo num restaurante e teve apenas mais um participante, o presidente regional do PT Djalma Bom. Os três combinaram firmar "protocolos de entendimento" a nível nacional e estadual e marcaram novos encontros: Lula estará com Almino na noite de domingo em Brasília, "para operacionalizar o acordo", e no final de fevereiro, Djalma entregará um documento com propostas petistas para a administração estadual.

Da mesma forma que Lula, Almino Affonso não acredita na possibilidade de se formar um bloco progressista na Constituinte tendo como base os partidos. Lula acha possível a união de "grupos de parlamentares que querem trabalhar para que a Constituinte seja o mais progressista possível". Ele desconfia do PMDB enquanto partido — "ele é a sustentação do governo". Almino considera viável "começar a trabalhar em conjunto na Constituinte por um mínimo de teses". De acordo com Almino, o PT entregará um documento definindo suas propostas sobre uma série de temas (reforma agrária, uso do solo urbano, questão sindical, salário mínimo, informática, controle do parlamento sobre a dívida externa)

para iniciar o trabalho em conjunto com o PMDB estadual e o PT nacional. Mas no próprio jantar os dois líderes conseguiram chegar a um acordo concreto sobre uma idéia: vão apresentar uma proposta unificada de participação da sociedade civil na Constituinte.

A "iniciativa constitucional popular", como batizaram o plano, prevê a possibilidade de segmentos da sociedade, a partir de 30 mil pessoas, apresentarem propostas como contribuição à Constituinte com direito a serem debatidas, votadas e incorporadas ou não ao texto final. "Vamos lutar para que esta idéia seja incluída no regimento interno da Constituinte", disse Almino. Lula confia na aprovação do plano: "Existe uma luta comum dos partidos em torno da participação popular. E quem votar contra, terá de explicar com seu eleitorado depois".

Outra forma de "participação popular" defendida por Lula e Almino é a criação de um "horário eleitoral gratuito", em cadeia nacional, de uma hora, de rádio e TV. Meia hora seria dedicada aos trabalhos constitucionais, propôs Almino, e meia hora às propostas da sociedade civil. "Tenho fundadas esperanças de terminarmos com um entendimento bastante amplo", declarou.

Djalma Bom garantiu a Almino Affonso que o PT nunca fará oposição sistemática ao governo Quéricia", mas "qualquer entendimento não envolve cargos no governo estadual ou apoio incondicional na Assembléia Legislativa, afirmou Djalma.